

A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Thomaz Nascimento de Oliveira¹

Resumo: Este artigo apresenta como objetivo realizar uma reflexão sobre as políticas voltadas ao Ensino Superior no Brasil nos últimos anos. Para tal, partiu-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico sobre análises do fenômeno da expansão de vagas no ensino superior brasileiro, como parte de uma estratégia neoliberal de ampliação da acumulação capital na conjuntura recente, elaboradas por autores como Mancebo (2017), Aquino (2016), Borges e Aquino (2012), Gentili e Silva (1996), dentre outros. O neoliberalismo, como ideologia que sustenta a estratégia burguesa de reestruturação produtiva, penetrou em todas as esferas da vida, modificando substancialmente as políticas implementadas pelo Estado, atingindo diretamente o Ensino Superior, que passa a se pautar pelas diretrizes postas por organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, impactando diretamente nas políticas de acesso.

Palavras-chave: Desresponsabilização do Estado. Ajuste neoliberal. Expansão de Vagas nas IES.

1 Introdução

Nos anos de 1990 o Estado brasileiro passa a aderir à agenda neoliberal de Washington, onde dá os seus primeiros passos no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), mas é a partir do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que há uma imersão na agenda norte americana para a implementação de políticas econômicas baseadas no livre mercado, um Estado mínimo para o social e máximo para as demandas do capital e para as instituições que o representam (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A liberdade usada como bandeira ideológica pelo neoliberalismo se materializa na desresponsabilização do Estado para com as demandas oriundas da sociedade e acaba por relegar à “mão invisível do mercado” o poder de gerir, supostamente, toda a sociedade, mesmo sabendo que esta sociedade, baseada no lucro e, por consequência, na acumulação de riqueza, só é possível se no polo oposto estiver a escassez e a miséria.

Este artigo apresenta como objetivo realizar uma reflexão sobre as políticas voltadas ao Ensino Superior no Brasil nos últimos anos. Para tal, partiu-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico sobre análises do fenômeno da expansão de vagas no ensino superior brasileiro, como parte de uma estratégia neoliberal de ampliação da acumulação capital na conjuntura

¹ Estudante de graduação do curso Serviço Social da Faculdade Maurício de Nassau. thomazss91@gmail.com

recente, elaboradas por autores como Mancebo (2017), Aquino (2016), Borges e Aquino (2012), Silva e Gentili (1996), dentre outros.

2 Neoliberalismo: A retomada do grande capital

O projeto neoliberal se apresenta como alternativa para crise capitalista engendrada com o esgotamento do padrão de acumulação proporcionado pela política keynesiana, que associada ao pacto fordista de produção, puderam, após a Segunda Guerra Mundial, empreender nos países de capitalismo central o que ficou conhecido como Estado de Bem Estar Social (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Assim, o keynesiano-fordismo viabilizou o que ficou conhecido como os “anos de ouro” do capital, pois proporcionou uma resposta eficiente à crise de 1929-1932 do liberalismo sem afetar a hegemonia burguesa, se colocando como alternativa frente a saídas pragmáticas da época, como o *New Deal* e o nazi-fascismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Importante lembrar que a heroica resistência soviética à invasão nazista, e seu inegável protagonismo que contribuiu para a vitória sobre os países do eixo, na Segunda Guerra Mundial, resultou na afirmação do socialismo como alternativa real para o progresso social (NETTO, 1986). O Estado de Bem Estar Social vem para tentar se contrapor, também, a esta “ameaça” sobre a dominação capitalista.

A “lua de mel” experimentada pelos países de capitalismo central não dura muito tempo: já em 1974-1975 o capitalismo experimenta o esgotamento do pacto keynesiano-fordista que se caracterizou como uma clássica crise de superacumulação (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Este esgotamento foi evidenciado pelo

[...] já presente agravamento do problema do desemprego [...] pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão de obra, alta dos preços de matéria-prima importantes, a queda do volume de comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central: todos esses elementos que estão na base da queda da demanda global [...] e da erosão inexorável da taxa média de lucro, de uma óptica marxista, no início dos anos 1970. A inflação induzida já não era estimuladora da demanda global. Ao contrário, desencadeou a busca de valores-refúgio pela via de especulação financeira. A expansão do crédito associado à inflação, por outro lado, acelerou processos privados e públicos de endividamento. Diante das dificuldades de conter a espiral da crise, a depender da opção social e política dos governos (MANDEL, 1990:39), iniciou-se a implementação de programas de austeridade de natureza deflacionista, os chamados ajustes estruturais. Um elemento que ganhou visibilidade nessa crise foi uma sutil perda de hegemonia dos EUA, o que não significou perda de influência militar e política, e foi decorrente de um aumento da competitividade da parte do Japão e Alemanha, como economias centrais polarizadoras de regiões inteiras (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 116).

A retomada do pensamento liberal para as políticas sociais entra em voga para retomar o crescimento das taxas de lucro e, supostamente, viabilizar uma sociabilidade a partir dos ditames do livre mercado. Sobre a justificativa anteriormente salientada, de que o Estado mediador civilizador seria o responsável pela crise, as políticas neoliberais encontram um terreno fértil como saída da crise de acumulação capitalista, que é apresentada como crise do modelo de intervenção estatal na regulação social.

Os programas sociais passam a ser orientados por três fatores fundamentais que se articulam: focalização, privatização e descentralização (BEHRING, 2000). Portanto, a implementação de tal modelo de desvinculação e desresponsabilização do Estado passa a orientar-se por políticas que visam:

[...] *desuniversalizar e assistencializar* as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política socialresidual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade por meio das organizações na sociedade civil. A renda mínima não pode ter um teto alto, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos. (BEHRING, 2000, p.14, grifo da autora).

Essas novas medidas pensadas a partir dos países de capitalismo central que viveram os ditos anos dourados do capitalismo implementaram suas primeiras experiências do neoliberalismo nos governos de Margareth Thatcher (Inglaterra, 1982), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Khol (Alemanha Ocidental, 1982) (BEHRING, 2000).

Lançaram, portanto, sobre a periferia do capitalismo uma série de mazelas sociais decorrentes de economias menos desenvolvidas, comparadas com as experiências do Pós-Guerra vivenciadas na Europa. Onde, “Segundo o Banco Mundial, em 1998, 1.214,2 milhões de pessoas viviam com menos de um dólar por dia, especialmente na Ásia, África Subsaariana e América Latina” (BEHRING, 2000, p. 14).

A partir do exposto acima, podemos traçar alguns parâmetros que dão base para uma análise sobre a influência cultural e ideológica que esta política passa a exercer nas sociedades nas quais foi implementada. A partir dos estudos de Portelli (2002), a sociedade civil pode ser considerada sobre três aspectos que a fundamentam:

—Como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc.
—Como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
—Como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica— isto é, as organizações que criam e difundem—, e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc.) (2002, p. 21).

O peso com que esta ideologia passa a interferir, no conjunto da sociedade, está associada à influência que a classe dominante exerce sobre as normas de regulação social. Esta influência proporcionada por uma ideologia, que é a ideologia da classe dirigente, encontra na filosofia seu maior grau de elaboração, e passa a ser difundida na cultura popular.

Pois

Qualquer filosofia “histórica”, isto é, orgânica, deve propagar-se através do senso comum, o que significa que, embora elaborando um “pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente”, qualquer movimento filosófico orgânico deve permanecer em contato com as camadas populares, os “simples”, e precisa inclusive situar, nesse contato, “a fonte dos problemas a estudar ou resolver” a fim de melhor dirigir ideologicamente as classes subalternas. Realmente, apesar desse contato, Gramsci constata que a verdadeira relação entre filosofia “superior” e o senso comum é garantida pela política, que assim assegura a unidade ideológica do bloco histórico. (PORTELLI, 2002, p. 25).

Podemos perceber, a partir do exposto acima, como o pensamento neoliberal pode conseguir legitimidade social apesar de suas medidas antipopulares, que também simbolizam uma redução do acesso ao direito, tendo em vista que este só é possível ser acessado via intervenção estatal na sociedade, podendo assim confrontar com os valores de liberdade defendidos pelo livre mercado e de não regulação via Estado.

Portanto, para que este modo político, que também é um modo de sociabilidade e de cultura, encontre capilaridade na sociedade é fundamental a aceitação dos valores e concepção de mundo forjado por este pensamento. Sobre a relevância desta relação, Silva e Gentili (1996) afirmam:

[...] os intelectuais neoliberais reconheceram que a construção desse novo senso comum (ou, em certo sentido, desse novo imaginário social) era um dos desafios prioritários para garantir o êxito na construção de uma ordem social regulada pelos princípios do livre-mercado e sem a interferência sempre perniciososa da intervenção estatal. Não se tratava só de elaborar receitas academicamente coerentes e rigorosas, mas, acima de tudo, de conseguir que tais fórmulas fossem aceitas, reconhecidas e válidas pela sociedade como a solução natural para antigos problemas estruturais (SILVA; GENTILI, 1996, p. 01)

Podemos, agora, nos questionar sobre um fator fundamental: como fazer com que uma política baseada na desresponsabilização do Estado para com as demandas oriundas da classe trabalhadora possa ser aceita e legitimada perante esta classe? Como alterar a bagagem histórica e material proporcionada pelas experiências de um Estado de Bem Estar Social que influenciou os sistemas de seguridade social, a partir das experiências europeias no pós-guerra?

A legitimidade da sociedade do individualismo, da desresponsabilização e da competição exacerbada só é possível em momentos de crise econômica (SILVA; GENTILI, 1996), a partir daí podemos apontar que:

[...] O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social. Ambos passam a ser considerados variáveis dependentes de um conjunto de opções individuais através das quais as pessoas jogam dia a dia seu destino, como num jogo de baccarat. Se a maioria dos indivíduos é responsável por um destino não muito gratificante é porque não souberam reconhecer as vantagens que oferecem o mérito e o esforço individuais através dos quais se triunfa na vida. É preciso competir, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. [...] (GENTILI; SILVA. 1996, p. 07).

É a partir desta direção que se orientam as políticas de educação, onde são transpostos os mesmos princípios da produção mercantil para a produção de conhecimento, vinculados a uma noção de produtividade e meritocracia. O termo *mcdonaldização* desenvolvido por Silva e Gentili (1996) retrata bem como a política de educação passa por essa metamorfose:

[...] os sistemas de controle e promoção de pessoal no McDonald's são conhecidos (e em muitas ocasiões tomados como modelos) pelo uso eficaz de um sistema de incentivos que promove uma dura e implacável competição interna entre os trabalhadores bem como a difusão de um sistema de prêmios e castigos dirigidos a motivar o "pertencimento" e a adesão incondicional à empresa. [...] Quem mais produz mais ganha. E só é possível saber quem mais produz quando se avaliam rigorosamente os atores envolvidos no processo pedagógico (sejam professores, alunos, funcionários etc.). Os prêmios à produtividade são, tal como no McDonald's, tanto meramente simbólicos (quadro de honra, empregado do mês), quanto materiais (aumento salarial, prêmios em espécie, promoção de categoria). A educação deve ser pensada como um grande campeonato [...]. Espírito de luta, de auto-superação, de confiança no valor do mérito, certeza de saber que quem está ao nosso lado só atrapalha nosso caminho ao sucesso. Nada mais apreciado na escola do que o título de Mestre do Ano. Nada mais cobiçado no McDonald's do que o prêmio All American Hamburger-Maker. (SILVA; GENTILI, 1996, p. 12).

Podemos assim perceber que a educação se direciona a partir das demandas do mercado, com claras funções de “qualificação” para a ocupação de postos de trabalho mas que não garante o “direito ao trabalho”, mas sim a empregabilidade. Ou seja, a educação funciona para formar uma massa de mão de obra que fica disponível para ser acionada pelo mercado quando este for pressionado pelo sistema produtivo, contribuindo também para o crescimento de um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados, o que garante os lucros dos empregadores mediante rebaixamento dos salários no mercado.

3 As políticas de expansão de vagas

Dadas as bases na qual se solidifica o pensamento neoliberal sobre a educação, podemos analisar mais de perto o funcionamento e a aplicação das políticas de expansão de

vagas no Brasil, a partir da década de 1990, que é o período onde o neoliberalismo entra na ordem do dia e ganha espaço aberto com o que foi chamado de Consenso de Washington, usada para alinhar as políticas dos países dependentes com as demandas postas pelos Estados Unidos, representada pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Algumas das principais estratégias para a aplicação destas reformas, de redução da intervenção do Estado, foram orientadas por alguns preceitos como:

[...]: 1) equilíbrio orçamentário, mediante redução de gastos públicos; 2) abertura comercial, pela redução de tarifas de importação e eliminação das barreiras não tarifárias; 3) liberalização financeira, pela reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4) desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; 5) privatização das empresas e dos serviços públicos. (BORGES; AQUINO, 2012, p. 121).

Estes preceitos foram destinados aos países ditos subdesenvolvidos com vistas a, supostamente, reduzir a desigualdade, intensificar os investimentos em educação básica e saúde, traçar planos de investimento em longo prazo, etc. Mas o que podemos constatar é que estes processos intensificaram a pobreza e o processo de exclusão social, experimentada pela implementação destas medidas já na última década do século XX.

É a partir da década de 1990 sobre um contexto internacional de mundialização do capital que se tem rebatimentos nas políticas sociais, inclusive na política de educação superior. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, na vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso, abria o primeiro caminho para que a expansão de vagas se iniciasse, cumprindo seu papel como forma de lograr lucros sobre o caráter mercantil das políticas sociais, sobre a justificativa da democratização do acesso e de que existia, no mercado, uma demanda maior do que a oferta sobre o ensino superior. É a partir daí que a LDB faz uma perniciosa distinção entre as instituições de ensino, onde:

[...] estabelece, também, a distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino. Assim é porque, dentre as inúmeras IES do país, apenas as universidades terão obrigação constitucional de promover a associação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Então, por força da lei, instituíram-se as “universidades de ensino”, que serão as formas de organização universitária ou de Educação Superior autorizadas a funcionar como universidades dedicadas apenas ao ensino e sem condições efetivas de desenvolver atividades de pesquisa significativas, pelas limitações que possuem.” (BORGES; AQUINO, 2012, p. 124).

Se situarmos esta distinção entre a universidade que possui o tripé educacional ensino-pesquisa-extensão, que é fundamental para a garantia de uma educação de qualidade e que esteja integrada com as demandas da sociedade e a própria produção de conhecimento e tecnologia, e a “universidade do ensino” que tem a função de formar mão de obra de maneira mais rápida possível para ser integrada na lógica da empregabilidade, percebemos que as

políticas de expansão de vagas se direcionam para a segunda modalidade de universidade, pervertendo o sentido de uma educação compromissada com uma formação de qualidade, na perspectiva de um direito historicamente conquistado.

O que podemos analisar na década seguinte, com o primeiro mandato do Governo Lula em 2002, percebemos substantivas mudanças na política de educação superior mas que, não muda a lógica de privatização da educação superior e o incentivo a expansão de vagas mediante acionamento do mercado, sobre a lógica do cidadão que não detém direitos garantidos pelas suas conquistas históricas, mas sim como o cidadão consumidor capaz de participar da democracia enquanto sujeito que consome bens e serviços.

A permanência do modelo neoliberal de políticas públicas voltadas à educação durante o governo Lula aprofunda o projeto anteriormente iniciado por FHC, que abriu as bases para uma ainda maior aceleração do processo de privatização, onde é perceptível que a expansão do acesso ao ensino superior é uma iniciativa de colaboração entre o governo brasileiro, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Os frutos desta aliança possibilitaram o impulso de políticas como: Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni) (AGAPITO, 2016).

A partir destes programas de expansão de vagas, fica clara a proliferação das IES privadas. Agapito (2016) traz os dados da disparidade entre o crescimento das IES privadas com relação à expansão da Universidade pública, proporcionada pelo PROUNI e FIES onde, das 2.365 instituições de ensino superior no país, 2.081 estão na esfera privada e apenas 284 são públicas. Mediante estes dados é possível explicar a formação de oligopólios no mercado, proporcionado pela fusão de grandes empresas da educação superior que puderam se fundir, a partir destes programas de expansão de vagas, onde a

[...] formação de cartel por grupos privados” na área educacional intensifica o processo de mercantilização da educação, no Brasil, no qual se observa: a ineficácia das políticas públicas de educação; a precarização do ensino; aceleração na produção do conhecimento científico (produtivismo acadêmico); intensificação das condições precárias de trabalho para o exercício da docência e a flexibilização dos contratos de trabalhos [...]. Esses aspectos favorecem a abertura de espaços à especulação do capital financeiro internacional, que visa apenas o aumento dos lucros. O que está em jogo é o desenvolvimento de políticas educacionais que assegurem a qualificação técnica e polivalente do trabalhador, em conformidade com as exigências do mercado global e a acumulação do capital. (AGAPITO, 2016, p. 134).

A partir do exposto acima podemos apontar que a política de educação superior implementada pelos governos petistas serviram aos interesses do grande capital nacional e

internacional, mesmo que sobre uma política de expansão de vagas que à primeira vista, parece iniciar um processo de acesso em massa à educação superior. Entretanto, percebemos que tal acesso se contrasta ao endividamento de alunos que acessam o FIES, como também se revela contraditória, visto que a grande inserção de alunos prounistas nas IES privadas só é possível através do repasse de verba pública, que garante a expansão dos oligopólios da educação em detrimento de um acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade.

Todavia, o projeto social-liberal articulado por estes governos, mesmo atendendo às recomendações de organismo internacionais como o Banco Mundial e o FMI não puderam resistir aos abalos sistêmicos ocasionados pela crise de 2008, que eclodiu nos EUA e que chega na América Latina no último período. Crise esta caracterizada como geral e orgânica do capitalismo mundial, com fortes impactos no ciclo político de conciliação de classes no Brasil (MANCEBO, 2017).

A política conciliatória posta em curso pelos governos petistas, esgota-se com o golpe institucional que culminou no impeachment do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2016. Porém, era visível os sinais de esgotamento do ciclo “lulista”, evidenciado por: protestos em massa das “Jornadas de Junho de 2013”; a difícil reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que venceu de Aécio Neves (PSDB), com 51,64% dos votos, contra 48,36%; a desintegração da base governista no Congresso Nacional; e o Ajuste Fiscal de 2015 que protegia as elites econômicas (MANCEBO, 2017).

É importante salientar que o golpe institucional foi possível mediante uma queda na popularidade dos governos petistas, apesar das políticas compensatórias, e ao abandono das reformas estruturais necessárias para a elevação das condições de vida das classes subalternas, como também permaneceu intacto o oligopólio da mídia e os esforços de elevação de politização e organização da classe trabalhadora (MANCEBO, 2017).

O que assistimos, na América Latina, a partir do início da segunda década do século XXI foi a

[...] intensificação da ofensiva neoliberal [...] sob a retomada da influência hegemônica dos Estados Unidos na região. Sobre esse aspecto, Alves (2016) assegura que: “o governo Temer como governo ilegítimo adquiriu em 2016 o caráter de governo de transição com uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal, dando-lhe novo fôlego na América Latina para o projeto hegemônico dos EUA”. (MANCEBO, 2017, p.879)

Tal missão tem sido levada a cabo pelo governo ilegítimo de Michel Temer, que apresentou um programa político-econômico sobre o lema “Ponte Para o Futuro”, que

pretende aprofundar a contrarreforma do Estado brasileiro a fim de fazer caminhar a passos largos o ajuste fiscal propondo

[...] um novo regime orçamentário, com a desvinculação de todas as receitas — o que seria o fim de todo o modelo de financiamento da educação e da saúde pública brasileira; o fim da política de valorização do salário-mínimo [...]a eliminação da indexação de qualquer benefício, inclusive aposentadorias, ao valor do salário-mínimo; o ataque aos direitos trabalhistas, encarados como custos empresariais que devem ser reduzidos para que sobrem recursos para serem acumulados a reforma na Previdência Social [...];o incremento das privatizações, em que se pode esperar o fim do regime de partilha e o controle da Petrobras, do Pré-Sal e a venda de ativos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil e política e comércio internacionais, em que o papel do Mercosul e dos BRICS [...] será minimizado, submetendo o país às parcerias transatlânticas e transpácificas lideradas pelos EUA, as quais dão privilégio aos investidores estrangeiros, agredindo a soberania e a proteção socioambiental brasileira. (MANCEBO, 2017, p.880)

Podemos analisar o caráter subalterno deste programa à agenda econômica internacional para a retomada das taxas de lucro do capital, que por meio deste ajuste fiscal pretende renovar um desenvolvimento dependente e combinado com o rebaixamento do nível de vida das populações mais empobrecidas da sociedade brasileira.

4 Considerações finais

Vivenciamos o início de um novo ciclo que, com a implementação de tais reformas, denunciam na realidade concreta o projeto burguês e a perversidade do projeto burguês contra a classe trabalhadora, explorada e destituída de direitos conquistados historicamente por sua luta. Tal conjuntura revela a impossibilidade de uma renovação do pacto entre as classes, e exige da classe trabalhadora sua (re)organização, para que rasgue o véu do apassivamento sob pena de um ônus social, econômico e político ainda mais severo sobre o conjunto dos trabalhadores.

Ao mesmo passo que a “ponte para o futuro” se mostra inviável para o conjunto dos trabalhadores, o governo ilegítimo de Michel Temer logra o “êxito” histórico em nosso país de ser o mais impopular de nossa história, o que abre uma lacuna de possibilidade para uma reorganização dos trabalhadores, revelando na concreticidade da vida cotidiana a máxima: a “luta de classes como motor que move a história”.

Referências

AGAPITO, A.P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064> >. Acesso em: 14 dez. de 2017.

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. CFESS\ABEPSS. Brasília. 2000. Departamento de Serviço Social da UnB. Disponível em: < http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. >. Acesso em: 12 nov.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. S. Política Social: fundamentos e história. 5º edição. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. N° 2. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. Organização sem fins lucrativos: Creative Commons. Rio Claro- SP. 2012. Vol. 22, n. 39, Período jan/abr-2012. Disponível em: < <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1113.pdf> >. Acesso em: 14 dez.

MANCEBO, D. Crise Político-Econômica no Brasil: Breve Análise da Educação Superior. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017

NETTO, J.P. O Que É o Stalinismo. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

PORTELLI, Hogues. Gramsci e o bloco histórico. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002